

SER DOCENTE NEGRA: TRAJETÓRIA DAS DOCENTES MIGRANTES EM LUCAS DO RIO VERDE-MT.

Cleonice Peotoni

O Presente artigo trata-se de pesquisa de mestrado em andamento sendo desenvolvida no Grupo do (NEPRE)/PPGE/UFMT. Tem por objetivo investigar como se dá a percepção das professoras negras em relação ao preconceito e discriminação racial no cotidiano escolar. Os sujeitos da pesquisa são professoras negras da rede municipal de ensino de Lucas do Rio Verde – MT. A metodologia utilizada teve uma abordagem qualitativa, a partir de entrevista semiestruturada embasada pela revisão bibliográfica. Resultados ainda que parciais constataram que os marcadores da discriminação racial baseiam-se na cor da pele, tipo de cabelo causando consequências negativas como adoecimento, preconceito, discriminação racial e racismo.

Palavras chave: Docentes negras, discriminação racial, Escola.

Introdução

O presente trabalho trata-se de pesquisa de mestrado em andamento sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE)/PPGE/ Universidade Federal de Mato Grosso. Teve por objetivo investigar como se dá a percepção das professoras negras que atuam/atuaram na rede de municipal ensino, buscado conhecer quais são os marcadores de discriminação racial advindo de seus pares e como são as consequências dessas relações entre professoras negras e não negras.

Lançamos mão da abordagem qualitativa que responde a questões muito particulares e sua utilização será relevante para a análise de dados, visto que ela se preocupa em trabalhar com o “universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. MINAYO (2007, p. 21).

Para a realização da presente pesquisa utilizou-se como roteiro de entrevista semiestruturado. Privilegiamos neste estudo, três escolas municipais localizadas na zona urbana da cidade de Lucas do Rio Verde- MT. Participaram dessa pesquisa três professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental.

A escolha do município pesquisado consolidou-se devido ao considerável número de professores que migram para LRV, com vistas a melhores condições de vida e pelo município apresentar a predominância da população branca oriundos, de Ronda Alta, São Paulo e Paraná. O interesse do objeto em destaque (professoras negras) deu se através da observação empírica de que as mesmas vivenciam constantes situações de discriminação e preconceito com relação ao seu cabelo, cor da pele e traços fenóticos, constatado no dia a dia no âmbito escolar.

Fez-se um breve histórico o processo de desigualdade no sistema educacional, considerando as questões relativas às atitudes negativas em relação à cor de pele e textura do cabelo, traços marcantes de manifestação de preconceito e discriminação racial direcionada as professoras. Pretendeu também refletir sobre a relevância da escola estar estabelecendo em seu espaço discussões sobre questões raciais visando à construção da cidadania calcada no respeito às diferenças e a desconstrução de ideias preconceituosas inculcadas historicamente em relação à população negra.

Nesse contexto, Munanga (2003, p.13) contribui com essa reflexão sintetizando que “a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos, introjetados pela cultura racista na qual foram socializados”.

Estudos sobre Relações Raciais no Brasil (JACOUD e BEGHIN, 2002) revelam desigualdades raciais em várias esferas, de formas expressivas, principalmente no campo da educação; fenômeno semelhante que ocorre no mercado de trabalho. Sendo essa condição desfavorável ao qual é submetida à população negra, em especial as mulheres tem uma explicação histórica.

No Brasil é impressionante como esse grupo populacional é extremamente discriminado e excluído das oportunidades sociais de status. (HASENBALG, 1997, p. 167). “a referência negativa ao cabelo afro configurou-se como marca fenotípica mais explicitamente mencionada nas situações de ofensas raciais”. “[...] o cabelo constitui a característica física mais funcional para se discriminar racialmente.”. SANTOS (2007, p. 79).

Os dados do IBGE revelaram que as desigualdades raciais no acesso a educação, diminuíram entre 1999 e 2009, apesar de continuarem elevados, segundos indicadores

divulgados, apontaram que 62,6% dos estudantes brancos entre 18 a 24 anos, cursaram o nível superior em 2009, sendo o percentual para pretos é de 28,2% e 31,8% para pardos. Os dados indicaram que houve forte expansão nesse para todos os grupos. Em 1999 esses percentuais eram de 33,4% para brancos, 7,5 % para pretos e 8% para pardos. (NASCIMENTO, 2013, p. 37).

Para se compreender a análise pretendida acreditamos na importância de inferir uma discussão sobre a distinção dos conceitos de raça, racismo, preconceito e discriminação racial, e como emergiram e foram disseminados e até hoje vivenciados por alunos e professores negros, principalmente as professoras negras.

O termo raça, segundo Munanga (2003), veio do italiano *razza*, que, por sua vez deriva do latim *ratio*, designado, sorte, categoria, espécie, que no latim medieval indica descendência linhagem. O conceito de raça foi utilizado primeiramente na história das ciências sociais naturais (zoologia e botânica), como a finalidade de classificar as espécies de plantas e vegetais. Mais tarde, essas ideias foram transferidas para a classificação de seres humanos.

No século XVIII, a espécie humana foi categorizada em três raças: branca, negra e amarela. E, no século XIX, foram também consideradas critérios a forma do nariz, lábios e queixo e a hierarquização com base na raça escouo ao desenvolvimento de uma teoria do século XX, chamada de radiológica, sustentando o racismo doutrinário por mais de um século, baseando se na crença de que haveria diferenças fenotípicas (VENTURI, BOKANY, 2005, p. 14).

“[...] Conforme Jaccoud e Beghin (2002, p.38), o racismo é considerado uma “ideologia que apregoa a existência de hierarquia entre grupos raciais”“. Isto é, acreditam que os brancos sejam superiores aos negros em razão de suas diferenças fenotípicas. Consolidando gradativamente entre seres humanos através de gerações por gerações por suas relações sociais.

Com base em Munanga (2006, p. 34), racimo é um comportamento, uma ação resultante da aversão em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial no qual fatores observáveis como a cor da pele, ou tipo de cabelo, distinguem os componentes de um grupo dos demais e, por possuírem traços fenotípicos diferentes daqueles considerados superiores, são vítimas de preconceito e discriminação.

O preconceito racial, por sua vez, “[...] limita-se à construção de uma ideia negativa sobre alguém produzida a partir de uma comparação realizada com o padrão

que é próprio àquele que julga” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p.38). Assim predispondo uma repulsão negativa em relação ao “outro” pela sua cor da pele. O preconceito racial no Brasil é de marca, ou seja, baseia-se na cor da pele, na aparência, nos traços fisionômicos das pessoas.

O preconceito racial que se opera na sociedade brasileira é diferente dos Estados Unidos. Uma vez lá o preconceito racial se ancora na hereditariedade racial, ou seja, o preconceito é de origem e exclui incondicionalmente os sujeitos que possuem origem negra. Logo, neste país as linhas de Cor separam brancos e pretos, atingidos através de atitudes desfavoráveis. A discriminação racial ocorre nos diferentes âmbitos da vida social. Estudos mostram que na educação existem mecanismos interescolares que contribuem para essa situação e que para que alunos negros tenham baixo rendimento escolar.

Sendo a educação um elemento que contribuiu à ascensão social, as diferenças entre o sucesso escolar de brancos e negros (pretos pardos) ainda são muito grandes e apresenta ainda muitas disparidades. Segundo Petruccelli, (2007, p. 47) “a questão da cor no âmbito brasileiro, encontra-se no entrecruzamento dos mitos fundadores da identidade nacional com as práticas sociais de discriminação e preconceito racial”. Este autor ainda nos chama a atenção que “quanto mais escura for à cor da pele, mais sujeita está à discriminação”.

Como vimos, o imaginário social brasileiro tem sido elaborado e sustentado por uma perspectiva de negação e exclusão da população negra, tendo discursos que se sustentam com as práticas sociais de silenciamento sobre as contribuições do segmento populacional negro à nação brasileira. Esse imaginário não difere no magistério, uma vez que professores negros no ensino superior é a minoria conforme a tabela abaixo.

Tabela 01: População de dez anos e mais com nível superior por cor/ raça e ano Censitários Mulheres.

	1960	1980	1991	2000
Brancos	0,22	5,52	5,25	6,60
Pretos	0,01	0,23	0,96	1,58
Amarelos	0,19	6,61	14,79	18,33
Pardos	0,02	0,43	1,16	1,55
Indígenas			0,73	1,40
Total	0,14	1,64	3,42	4,46

(TEIXEIRA, 2004, p.15)

Tais fragilidades podem indicar carências na implementação das políticas públicas educacionais referentes às desigualdades raciais que acometem as mulheres

negras principalmente no setor educacional, logo que as mostra numa situação invertida a dos brancos dos dois gêneros nos extremos da categoria: como professores na educação infantil e ensino fundamental (mais elevada para os negros) e como professores de ensino superior (mais elevada para os brancos). (TEIXEIRA, 2004, p.15).

Entendemos que o sujeito social professoras negras precisa ser alvo de pesquisas e das análises relacionadas à Educação e às Relações Raciais, visto que impacta diretamente nas situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas populações historicamente excluídas. Na tabela 2 baseada no livro *Cor no Magistério* (2006, p. 11-12), visualizamos o percentual de professores por sexo e educação e a cor dos/das professores/as negras”. (TEIXEIRA, 2006, p. 9. 17).

Tabela: 02: Total de professores por Cor – Brasil Censo Demográfico 2000

Tipo de professor	Total	Amarela	Branca	Ignorado	Indígena	Parda	Preta
Profs. da Educação Infantil (Nível Superior)	100,0	0,5	80,3	1,0	0,2	15,6	2,5
Profs. de alunos com deficiências físicas e mentais	100,0	0,3	78,3	0,2	0,3	17,2	3,8
Profs. de Educação Física	100,0	0,6	70,4	0,5	0,2	20,3	4,4
Profs. de Nível Médio na Educação Infantil	100,0	0,3	63,9	0,6	0,2	29,1	5,9
Profs. de Nível Médio no Ensino Fundamental	100,0	0,3	57,0	0,6	0,4	37,1	46,0
Profs. de Nível Médio no Ensino Profissionalizante	100,0	0,7	68,4	1,5	0,4	26,1	3,0
Profs. de disciplinas Educação Geral	100,0	0,9	74,1	0,5	0,2	20,7	3,7

Ensino Médio							
Profs. do Ensino Superior.	100,0	1,4	83,9	0,3	0,2	11,8	2,2
Profs. Instrutores do Ensino Profissional.	100,0	0,9	69,9	0,5	0,2	24,1	4,4
Profs. Leigos do Ensino Fundamental	100,0	0,4	50,9	0,8	0,8	41,6	5,6
Profs. Leigos do Ensino Profissionalizante.	100,0	0,0	50,4	1,2	0,0	46,1	2,3
Total Global	100,0	0,5	64,6	0,5	0,3	29,7	4,3

(TEIXEIRA, 2006, p. 22).

O pertencimento racial tem relevância na estruturação das desigualdades econômicas, porque as desvantagens que os negros encontram no interior da sociedade estão ligadas à sua origem racial. COSTA (2013, p. 69) contribui dizendo que a população negra se encontrava duplamente estratificada nesse sistema por questões de classe, raça, pois o racismo imperialista do final do século XIX, já havia tratado de atribuir [...] ao pensamento racista, dignidade e importância.

TEIXEIRA, (2006, p. 9. 17), revela ainda:

“que a inserção profissional das mulheres na área da educação no magistério por sexo no Brasil é predominantemente feminina (82,2%), contra (18, 8%) masculina. E, no estado de Mato Grosso, a composição por sexo é na categoria ‘professores é de (77, 7%) feminina e 22,3% refere-se à categoria masculina”. (TEIXEIRA, 2006, p. 9. 17).

Tabela 03: Professores por sexo e unidades da federação.

Brasil, regiões, UFs, municípios do Brasil	Feminino 81,2	Masculino 18,8	Total geral: 100,0
Região Centro Oeste	77,9	22,1	100,0

Mato Grosso do Sul	76,7	23,3	100,0
Mato Grosso	77,7	22,3	100,0
Goiás	82,2	17,8	100,0
Distrito Federal	70,7	29,3	100,0

Fonte: (TEIXEIRA, 2006, p. 11-12).

A educação no magistério brasileiro por cor/raça é majoritariamente branca (64,2), uma vez que a presença de professores negros, incluindo pretos e pardos é significativamente menor - 34,3%. No estado de Mato Grosso a participação do professorado branco é superior a de negros. A presença de brancos nessa categoria é de 54,4%, mais da metade. Do restante temos 38,5% pardos, 5,0% pretos e apenas 1,0 % indígenas.

Tabela 04: Professores por cor e unidades da federação – censo demográfico 2000.

Brasil, regiões, UFs, municípios.

	Total	Amarela	Branca	Ignorado	Indígena	Parda	Preta
Brasil	100,0	0,5	64,2	0,6	0,3	30,1	4,2
Região Centro Oeste	100,0	0,5	62,5	0,4	0,6	32,4	3,6
Mato Grosso do Sul	100,0	1,0	69,0	0,3	1,3	26,0	2,3
Mato Grosso	100,0	0,5	54,4	0,6	1,0	38,5	5,0
Goiás	100,0	0,3	62,7	0,5	0,2	33,4	3,0
Distrito Federal	100,0	0,5	65,2	0,3	0,1	29,5	4,4

Fonte: (TEIXEIRA, 2006, p. 12-13).

Ao analisar a categoria professor, Teixeira (2006 p.12-13) verifica que a participação de professores brancos aumenta ainda mais nos níveis de ensino mais elevados, enquanto pardos se encontram na categoria de professor de Educação Infantil

e Ensino Fundamental. Baseada nos dados do Censo Demográfico 2000 referentes a professores por sexo e cor, a autora revela que o total de mulheres professoras negras é de 70,2 %, concentradas no Ensino Fundamental, enquanto as professoras brancas ocupam 53,3% no mesmo nível de ensino.

Tabela 05 – População residente por situação do domicílio e cor ou raça. Estado de Mato Grosso e Município de Lucas do Rio Verde - MT.

População por cor/raça	Estado de Mato Grosso	(%)	Município de Lucas do Rio do Verde	(%)
Branca	1.137.150	37,46	23.655	44,76
Preta	229.890	7,58	2.462	4,65
Parda	1.590.707	52,40	18.998	35,95
Amarela	34.642	1,14	414	0,78
Indígena	42.538	1,40	27	0,05
Sem declaração	195	0,006	-	—
Total	3.035.122	100	52.843	86,19

Fonte: Tabela elaborada pelas pesquisadoras com bases nos dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

De acordo com Censo Demográfico 2010/IBGE, no município de Lucas do Rio Verde - MT a predominância da população é branca, com um total de 44,76%. O percentual da população parda é de 35,95 % e a população preta é de 4,65 %. Diante desta ótica, por estarem os pretos e pardos em minoria numérica, inferimos a existência de preconceito e discriminação racial contra pessoas pretas e pardas.

Conhecer a percepção das professoras negras que atuam/atuaram em LRV, ainda que seja pelo olhar das três professoras entrevistadas, é revelar as experiências vivenciadas pelas professoras que podem trazer a luz as condições de trabalho em vivem essa população, e assim desvelar as ferramentas presentes/ausentes nesse universo de trabalho as quais podem explicar a realidade objetiva caracterizada pelo preconceito e discriminação racial e racismo dentro e fora do ambiente escolar.

Soar às experiências daqueles que foram silenciados pela história oficial, especificamente para mulheres negras é romper com intermináveis situações de discriminação, preconceito e racismo que provocam inquietude e mostram a urgência de buscar justificativa, sendo difícil encontrar respostas para solucionar tais

questões que perpetuam a vida da população negra. Situações como estas estão presentes no cotidiano escolar na relação professor-aluno, professor-gestor, professor-professor; e a partir do Censo Demográfico e de dados censitários do Brasil no ano 2000 é possível afirmar que a categoria professor em todas as regiões de unidades da Federação é expressivamente feminina e branca. (TEIXEIRA, 2006, p.15).

Análise da pesquisa

Realizou-se entrevista com três professoras em três escolas municipais situada na zona urbana, que oferecem ensino fundamental do 1º ao 9º de Lucas do Rio Verde/MT. Os sujeitos sociais – foram três professoras negras que atuam/atuaram nas séries iniciais do Ensino Fundamental a partir do concurso do ano de 2010.

Ressalta-se que nesta pesquisa os nomes das professoras serão preservados e utilizados letras. Todas se (auto) classificaram quanto à cor ou raça e também foram identificadas pela pesquisadora conforme classificação racial pelo IBGE.

Tabela 06: Podemos constatar as respostas das professoras quanto sua autoclassificação em relação a sua cor.

Entrevistadas	Idade	Autoclassificação racial	Classificação racial da pesquisadora
A	37	Preta	Preta
B	29	Branca	Preta
C	26	Parda	Preta

PS : Classificação racial segundo IBGE (branca, preta, parda, amarela, indígena)

Com intuito de conhecer a percepção das professoras em relação ao preconceito e discriminação racial no cotidiano escolar, foram feitas elaboradas 3 questões:

Existem preconceito e discriminação na instituição escolar em que você leciona/lecionou por parte dos professores, gestores?

Sim, existe discriminação. (Professora A).

Ah tinha porque eu não ser conhecida na região, não seu se seria preconceito, mas no meu caso eles pegam no pé, mais acirrado pelo fato de me conhecerem. Havia uma discriminação ao meu trabalho, mas talvez não como pessoa, ou pela falta de experiência, a coordenadora me perseguia a todo o momento. (Professora B)

Acredito que sim, porque a coordenadora e outras professoras que eram bem brancas faziam muitas piadas a respeito dos

negros, falavam do meu cabelo, falavam que eu não penteava o cabelo quando ia com ele solto. Eu fui ficando tal mal que eu comecei a entrar em depressão e chorava muito.
Professora C

Com relação a isso, GOMES (2006, p.144) destaca que “esses sujeitos convivem com um olhar social, construído historicamente, que os compara com o padrão estético do branco, ainda considerado o ideal”. Contribui dizendo ainda que, ao fazer essa comparação, a sociedade brasileira estabelece uma hierarquia em termos étnicos e estéticos, desconsiderando os negros por não atender o padrão ideal construído historicamente. Por sua vez as características físicas, como a cor da pele, tipo de cabelo são tidos como indicadores de diferenças e desigualdades sociais.

Você sentiu-se discriminada quando ingressou na rede municipal de ensino em Lucas do Rio Verde?

Me senti .. mas gostaria de não comentar sobre isso. Hoje começo uma vida nova escola nova. Me sinto mal, onde tive que fazer terapia com psicólogo para começar a entender estas pessoas. Trabalhar em outra rede Estadual pra ver se era assim se problema era comigo. Ainda tenho que sempre esta me refletindo, conclusão é no município. (Professora A).

Ah me senti, como diz aquela palavra, fragilizada, eu não tinha experiência, em certas eu me sentia fora do foco e ao meu trabalho desprezado. Eles usaram uma avaliação para cumprir o estagio probatório, no caso, faziam reuniões frequentes com instruções para a tal avaliação. Eles faziam reuniões mensais para explicar como seria, mas no meu caso, muitas vezes reuniam comigo mais frequentemente. Eles passavam as orientações e fazia um documento que tinha que assinar e registrar os fatos, para comprovar os fatos. O nome correto seria uma ata e tinha que assinar. Nessa ata falavam coisas boas que acrescentavam, mas também chamava a atenção, informata os motivos que ocorriam na escola. Por fim eu não aguentava devido às todos os fatos ocorridos e ficando insuportável o ambiente. Não aguantava mais pressão da coordenadora pedagógica, ela só pegava no meu pé, ninguém fazia aula diferenciada e ela não enchia o saco, ela enchi só o meu. (Professora B)

Muito mal.mal mesmo...cortei laços com todos, pedi exoneração. Foi no meu limite, passei por todas as avaliações que eu poderia passar, desenvolvi um bom trabalho, meus alunos obtiveram premiação estadual e municipal. Um tinha era muita pressão, eu estava entrando em depressão. Procurei um médico e ele me encaminhou para um psicólogo e la eu tinha que reviver tudo o que passava na escola, porque eu

tinha que contar tudo o que acontecera. Foi muito triste, desenvolvi gastrite, depressão. Fiquei tão mal que eu não falava mais com minha família quando chegava em casa. Eu só chorava, chorava, chorava. Ai meu esposo pediu para eu pedir exoneração e voltamos embora para nossa cidade de origem. (Professora C)

Os depoimentos das professoras ainda que preliminares demonstram dor e sofrimento marcado em suas trajetórias no processo de migração, onde muitas tentaram, lutaram para permanecerem na rede de ensino de Lucas do Rio Verde, em uma imagem positiva de si mesmas. Uma delas ainda permanece na rede, porém solicitou mudança de escola. Optou por trabalhar rede estadual de ensino para verificar se o problema era com ela, ou seja, a forma como desenvolvia seu trabalho. Diante de dados pesquisados, observa-se que quanto mais claros fosse a pigmentação da pele, maiores seriam as oportunidades de assumir cargos, de status e salários elevados, como tomar posse em postos de trabalho de prestígio social. (NASCIMENTO, 2013 p, 36).

Falar em identidade nos faz refletir sobre os diferentes pertencimentos, ou seja, o poder e a produção de desigualdades. “A identidade é para os indivíduos a fonte de sentidos e de experiência. Toda identidade exige reconhecimento, caso contrário ela poderá sofrer prejuízos se for vista de modo limitado ou depreciativo.” (MUNANGA, 2000, p.98).

Conforme relatos das docentes não brancas, que atuam e/ou atuaram em um ambiente hostil, discriminador e segregacionista, mostraram que lutam e resistem. Além disso, muitas reagem como grandes guerreiras que a função de professora exige. Demonstram que estão vivas e precisam ser percebidas, entendidas e ouvidas e que a instituição escolar não fica imune aos efeitos do racismo que assume de forma silenciosa, ou seja, o chamado racismo velado. Evidentemente, situações constrangedoras muitas vezes não colocadas em debate, são apenas minimizadas e silenciadas no âmbito educacional. Diante disto, possivelmente preferem não falar da questão racial, para não abordar um problema até, então, tido como “inexistente” em Lucas do Rio Verde- MT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou dar visibilidade à percepção das professoras negras sobre preconceito, discriminação e racismo na rede municipal de Lucas do Rio Verde-

MT. A pesquisa em andamento, conforme referencial bibliográfico e fontes consultadas permitem nos observar, embora que superficialmente inferir que ocorre um processo de preconceito, discriminação e racismo no espaço escolar.

Acredita-se que a inserção de mulheres negras no magistério deu-se devido a democratização do ensino que ocorreu no início de 1930, com a criação de cursos normais noturnos entre 1950 e 1960.

Contudo, a docência não se tornou um espaço acessível a toda e qualquer mulher negra. Entre elas ascenderam apenas àquelas consideradas com aparência europeia conforme normas eugênicas. No caso das professoras pesquisadas, elas são advindas de categoria profissional com baixo prestígio social e por serem a minoria no magistério brasileiro, tendem a ser discriminadas, que por sua vez as levam a desenvolver rejeição ao seu cabelo, traços fenóticos, baixa autoestima com pouca ou nenhuma participação em debates educacionais, dificuldades no processo ensino aprendizagem, entre outros.

O resultado, ainda que parcial, apontou para a reflexão sobre o papel da imagem e a importância da escola no sentido de desconstruir a imagem negativa cunhada sobre a mulher negra e da construção de uma nova imagem positiva que possa contribuir para a valorização e elevação da autoestima desta mulher/docente/professora.

Vimos também que situações de preconceito e discriminação racial não envolvem somente professoras negras, mas também alunos, e que isso não ocorre somente no interior da escola, mas em outros espaços sociais que não sejam apenas o espaço escolar, mas que é possível mudar e termos uma sociedade digna de respeito ao “outro”.

A partir desta pesquisa ainda que não concluída, foi possível perceber os impactos ocasionados pelo padrão de estética estabelecido pela sociedade e que as professoras percebem os comportamentos negativos advindos de seus pares nas relações de trabalho no interior das instituições municipais, provenientes do seu cabelo e da cor de pele. E que os impactos ocasionados pelo preconceito e discriminação racial estabelecido no âmbito educacional levam as professoras muitas vezes a adoecer e desistir de lecionar em Lucas do Rio Verde- MT.

Não nos cabe, nesse momento, criticar a gestão municipal pelo que vem acontecendo. Cabe-nos sim, mostrar que esses profissionais da educação buscam, dentro de suas concepções, desenvolverem seu trabalho com respeito e equidade, independente da cor da pele, tipo de cabelo e traços fenóticos. Cabe à gestão municipal emergir

projetos de educação que atuem na Secretaria de Educação que corroborem para a desconstrução de estereótipos que depreciam a imagem do negro. Contudo, para que isso se concretize, faz-se necessário que as experiências não sejam apenas vividas, mas sim refletidas de maneira sistemática.

Desse modo, ainda investigaremos de forma mais profundadas diretamente ligadas às professoras negras em LVR, propondo ações que visem romper com silenciamento nesta cidade. Contudo, necessitamos de outras lentes para constatar o objeto de pesquisa em andamento que resgate a dignidade humana, que vise romper o racismo velado e o silenciamento nesses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.171 -179 jan/jun. 2003.

JACCOUD, Luciana Barros e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Tradução Luciana de Barros Jaccoud e Nathaile Beghin. Brasília: IPEA, 2002.

HASENBALG, C. A., SILVA, N. do V. **Raça e oportunidades educacionais no Brasil.** In: LOVELL, P. A. Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

_____, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.

_____, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2ª edição revisada-[Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada-Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

NASCIMENTO, Cleonice Ferreira de. **História de Vida de Professoras Negras**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

PETRUCCELLI, José Luís. **A Cor Denominada**: estudos sobre classificação étnico - racial. Rio de Janeiro: DP & A, 2007.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar – as relações raciais entre alunos negros e não negros**. Coleção Educação e Relações Raciais, 4 – Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SANTOS, Maria Aparecida. **Mulheres negras adolescentes no Ensino Médio: Discriminação e desafio**. Dissertação (Mestrado) Sociologia- UNESP, Araraquara, 2005.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **A Presença negra no magistério: Aspectos quantitativos**. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: EdUUF, 2006.

_____, Moema de Poli. **A Presença negra no magistério: Aspectos quantitativos**. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: EdUUF, 2004

VENTURI, G; BOKANY, V. Pesquisando discriminação institucional e identidade racial considerações metodológicas. In: SANTOS, G.SILVA, M.P. (Org.) **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação racial no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.